

## A alfabetização humanizadora nos processos de ensino e de aprendizagem

Elisângela Moreira<sup>1</sup>

Orcid: 0009-0005-4734-2328

Paula Racelly Bernardo Siqueira<sup>2</sup>

Orcid: 0009-0009-9652-4485

Vanessa da Silva Cesario<sup>3</sup>

Orcid: 0009-0002-2834-2558

Fábio Antônio Gabriel<sup>4</sup>

Orcid: 0000-0002-4990-4102

### Resumo

Este artigo tem como escopo discutir a alfabetização humanizadora nos processos de ensino e de aprendizagem, uma discussão a respeito dos desafios de se ter uma prática pedagógica humanizadora na perspectiva da pedagogia progressista com vistas ao processo de alfabetização. O objetivo geral da investigação é desvelar a caracterização do processo de alfabetização a partir de uma perspectiva humanizadora no contexto de uma abordagem, com base, principalmente, em Paulo Freire, que considere a realidade do educando como referência para a escolha de metodologia de educar. A partir da análise dos dados, pôde-se perceber a importância da prática pedagógica humanizadora nos processos de ensino e de aprendizagem. Assim sendo, foi possível confirmar as contribuições que a pedagogia humanizadora traz para a prática docente, além de sua clareza e intencionalidade de criar condições, instrumentos e meios para superar o individualismo.

**Palavras-chave:** alfabetização humanizadora; ensino-aprendizagem; pedagogia progressista.

### Abstract

This paper aims to discuss the humanizing literacy in teaching and learning processes, a discussion about the challenges of having a humanizing pedagogical practice from the perspective of the progressive pedagogy with a view to the literacy process. The main objective of the investigation is to reveal the characterization of the literacy process from a humanizing perspective in the context of an approach, based mainly on Paulo Freire, that considers the student's reality as a reference for choosing an educational methodology. From the data analysis, it was possible to perceive the importance of the humanizing pedagogical practice in the teaching and learning processes. Therefore, it was possible to confirm the contributions that the humanizing pedagogy brings to the teaching practice, in addition to its clarity and intentionality in creating conditions, instruments and means to overcome individualism.

**Keywords:** humanizing literacy; teaching-learning; progressive pedagogy.

**Citação:** MOREIRA, Elisângela; GABRIEL, Fábio Antônio. SIQUEIRA, Paula Racelly Bernardo; CESÁRIO, Vanessa Silva; A Alfabetização Humanizadora nos Processos de Ensino e de Aprendizagem. **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 8, e20239265, 2023. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol8.e20239265>

<sup>1</sup> Mestre em educação pela Universidade Tuiuti do Paraná; professora substituta do CCHE/UENP/Campus Jacarezinho; Jacarezinho - Paraná - Brasil. E-mail: [elisangela.moreira@uenp.edu.br](mailto:elisangela.moreira@uenp.edu.br)

<sup>2</sup> Graduanda de Pedagogia no CCHE/UENP/Campus de Jacarezinho; Jacarezinho - Paraná - Brasil. E-mail: [paularacelly5523@gmail.com](mailto:paularacelly5523@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda de Pedagogia no CCHE/UENP/Campus de Jacarezinho; Jacarezinho - Paraná - Brasil. E-mail: [silvacesariovanesa@gmail.com](mailto:silvacesariovanesa@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutor em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; professor substituto do CLCA/UENP/Campus Jacarezinho; professor de Filosofia da Rede Estadual do Paraná; Jacarezinho- Paraná - Brasil. Email: [fabioantonio gabriel@gmail.com](mailto:fabioantonio gabriel@gmail.com)



## 1 Introdução

O presente texto versa sobre alfabetização humanizadora como uma necessidade na vida dos alunos. Está organizado em duas partes. No primeiro momento, o objetivo é descrever tal prática pedagógica com base em Freire (1967; 1987), Miller (2020) e Arena (2021). É na escola, que se oferece um conhecimento elaborado, sistematizado e científico, em que o ambiente assegura contato com o outro.

No segundo momento, preocupou-se em refletir sobre o desafio de se ter uma prática pedagógica humanizadora, ao invés da tradicional, com fundamento em Libâneo (2006) e Charlot (2013). Portanto, no tratamento dessa abordagem humanizadora, o ensino não deve ser simplesmente um ato mecânico, centrado na codificação, decodificação, traçado das letras e fonetização, mas uma necessidade a se suprir com textos centrados em assuntos que ocorrem no cotidiano dos alunos, inseridos em sua comunidade.

Dessa forma, pensou-se na seguinte problemática: “Qual a contribuição das práticas pedagógicas humanizadoras no processo de alfabetização”? Isso posto, para se ter uma prática pedagógica humanizadora, é necessário orientar o aluno a interpretar, intervir e transformar o meio. Assim, a fim de descortinar uma visão crítica, ativa e responsável, uma consciência social, cultural e histórica, recorre-se ao objeto real da alfabetização como meio para o domínio da língua materna.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), tem intenção de colocar os agentes pesquisadores em contato com determinado conteúdo, seja ele transcrito, publicado ou gravado, possibilitando-lhes outras formas de abordar o assunto de modo renovador. A pesquisa é qualitativa, com ênfase nos elementos examinados. Tem cunho exploratório, com foco em uma revisão bibliográfica sobre a temática.

## 2 Considerações da Prática Pedagógica Humanizadora

À guisa de introdução, é preciso contextualizar que as tendências pedagógicas brasileiras são geralmente divididas em liberais e progressistas. As liberais: tradicional, pedagogia renovada e tecnicismo. Na visão tradicional, os conteúdos são tratados como prioridade, e o papel do professor é, de certa forma, enfatizado em relação ao aluno, que tem uma posição de passividade diante do processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o ensino privilegia a memorização, um ensino enciclopedista. Por outro lado, a pedagogia renovada, em suas diversas vertentes, enfoca a prioridade da pessoa do aluno no processo de aprendizagem. Já o tecnicismo, presente no Brasil sobretudo em período da ditadura, valoriza mais as técnicas de ensino, desfocando do professor e do aluno. Todas essas posições defendem uma visão neutra do ensino, de não interferência e sem debates políticos na educação.

Por outro lado, temos as tendências brasileiras progressistas, entre elas, a libertadora, a libertária, a crítico-social dos conteúdos e a pedagogia histórico-crítica. Estas têm um enfoque social da visão educacional e consideram a realidade social dos estudantes como ponto de partida. Nossa preferência recai sobre essas perspectivas que abrem espaço para uma visão pedagógica humanizadora e libertadora, uma educação transformadora da realidade social como fundamento do processo de aprendizagem. Paulo Freire, principalmente, com seu método de alfabetização, desenvolvido em Angicos (RN), demonstrou que é preciso superar o tecnicismo das cartilhas e considerar a realidade concreta dos estudantes, partindo das palavras geradoras para pensar em um método de alfabetização. Para Freire, ler é muito mais que um ato mecânico, é um ato reflexivo e crítico de leitura de mundo e da sociedade em que as pessoas se encontram inseridas.



Começamos definindo educação humanizadora como garantia de pertencimento do aluno ao meio em que convive diariamente e esse processo envolve mudança e libertação, deixando para trás o sentido de domesticação e de alienação. Passamos à conscientização pela reflexão sobre o tempo e o espaço, em que o ser humano passa a ser respeitado na sua dimensão como homem sujeito e não como homem objeto.

Assim, Freire (1967) traz o termo desumanização como sinônimo de acomodação, que contraria a ideia de integração e de criticidade. Fica-se em um espaço passivo, sem tomar decisões próprias, por estar adaptado ao meio, sem intenção de transformar, até porque, o diálogo é inexistente, por sua rigidez, não discute as ideias.

A humanização é processo essencial, quando valoriza a relação do homem com a realidade, dando espaço ao surgimento da criação, recriação e decisão no contato constante com o mundo; isso é cultura, movimento e troca; caso contrário, se “minimizado e cerceado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente a sua capacidade criadora” (Freire, 1967, p. 42).

Por falta de conhecimento, opressores e oprimidos acatam interpretações dos dominantes como algo legítimo, e o indivíduo, deixando de ser considerado sujeito, apresenta-se como um objeto de domesticação e acomodação, impedido de pensar de acordo com os seus ideais, deixa de ser livre, torna-se dependente de outrem, não aprende a pensar por si só, deixa de ser, de sentir e de atuar conforme seus interesses e necessidades.

E esta passagem, absolutamente indispensável à humanização do homem brasileiro, não poderia ser feita nem pelo engodo, nem pelo medo, nem pela força. Mas por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância no sentido de sua humanização (Freire, 1967, p. 57).

Como se não bastasse, o homem duvida da sua capacidade de se libertar, deixando de ter uma convivência cooperadora e até mesmo espontânea. Cabe-lhe a tarefa de seguir e obedecer. Um ponto importante para a transformação é conhecer para poder intervir. Para humanizar não é preciso separar os homens ou gerar ódio e violência, é preciso autonomia para encontrar a solução para seus problemas reais, expressar livremente e participar, e não silenciar por ser considerado subversivo, como aquele que ameaça a ordem. “Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina”. (Freire, 1987, p. 31). Nessa perspectiva, precisamos de uma prática pedagógica humanizadora, que não vislumbre os homens como “coisas”, mas como participantes de uma relação dialógica.

Paralelamente, Freire (1987) salienta a intencionalidade da prática pedagógica, na qual o educador e o educando são sujeitos do ato de descobrirem e recriarem a realidade. Então, é preciso que não se dê o saber ao educando, mas permitir que ele o busque, com seu poder criador, com companheirismo.

Além do mais, os educadores e os educandos estão mediados pela realidade, na qual aprendem e trazem conteúdo de aprendizagem, para atuarem no sentido da transformação social. A partir da problematização das práticas de vida dos educandos, o oprimido precisa se dar conta de sua situação de oprimido, precisa conscientizar-se para se libertar da exploração política e econômica, com consciência crítica e autônoma, e aprender a conhecer a realidade concreta.



Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades, e não contra elas (Freire, 1987, p. 39).

A partir disso, introduzimos a alfabetização como prática pedagógica humanizadora, que traz os enunciados da linguagem escrita como fundamentais. Como objeto de ensino, dos signos da cultura histórica surge essa relação social entre sujeitos. É na escola que se aprimora o desenvolvimento.

De acordo com Arena (2021), o enunciado é um mediador das trocas humanas, visto que, a partir do diálogo, é possível aprender como sujeitos ativos, que se humanizam nas trocas de cultura; ou seja, dar vez e voz às crianças, ao invés de limitá-las à linguagem oral, que utiliza de sons e de letras isoladamente, ficando no ato técnico que precisa ser vinculado à linguagem escrita, adequadamente.

O poder econômico e político recorre a métodos de alfabetização para mascarar, fragmentar e alienar, impedindo a visão da totalidade, a visão social e cultural da vida. Organizam a escola, mascarando o objeto real da alfabetização, fazendo com que as crianças não se apropriem de tal visão como elemento concreto. Por isso, as crianças não conseguem ler nem escrever, nem lidar com os sentidos e com essa relação complexa de pensamento e linguagem para compreender e se posicionar no mundo. “[...] a alfabetização cuida da humanização da criança em formação, pelo estudo e a apropriação da constituição gráfico-ideológica dos enunciados e do desenvolvimento de uma consciência gráfica” (Arena, 2021, p. 2).

O processo de humanização consiste na organização dos caracteres para superação de visões ideológicas que têm como objetivo a emancipação humana.

O processo humanizador, que nos torna sujeitos histórico-culturais, capazes de superar os limites do corpo biológico, avançando na direção de um ser que se cria cultura, transforma seu meio, ao mesmo tempo em que também se transforma, implica na apropriação dos meios externos de desenvolvimento cultural e de desenvolvimento do pensamento, tais como a linguagem (oral e escrita), o desenho, o cálculo matemático, a memória lógica, o pensamento em conceitos etc., que são nossas funções psicológicas superiores (Miller, 2020, p. 2).

Dois campos da ciência se destacam: as ciências da natureza e as ciências humanas, embora prevaleça a visão da criança como um ser biológico tão somente. Por essa razão, baseia a metodologia de alfabetização no experimento, esquecendo que o homem é, principalmente, um ser social, cultural e histórico, e que a linguagem escrita não é um processo fisiológico. Os homens a criaram como um bem cultural e a ela recorrem, modificando-as ao longo do tempo.

Miller (2020) entende a alfabetização como meio de formação das crianças como seres que pensam e que têm potencial para utilizar os conhecimentos de modo consciente e responsável. Para ele, a linguagem escrita é um instrumento cultural complexo, com vários gêneros discursivos, além de finalidades de interação diferentes, dependendo de como é utilizada. Aí trocamos informações e sentimentos.

Considerando tal situação, constata-se que o meio é importante nesse processo, pois nele se desenvolvem as condições materiais e objetivas do ser humano, como a consciência e a personalidade. Então, é preciso que as crianças se envolvam com essas produções culturais, de acordo com seus interesses e necessidades, para que possam dominar a língua materna de modo



que compreendam o enunciado mediante reflexão, e não pelo reconhecimento, decodificação e memorização. “[...] humanizamo-nos à medida que nos educamos, tendo em vista a quantidade e a qualidade dos recursos materiais e das relações humanas disponíveis no meio em que esse processo de educação acontece” (Miller, 2020, p. 2). É preciso desenvolver o aluno intelectual e moralmente, ter sentimento e solidariedade, compartilhando a produção dos bens materiais.

Porém, é importante termos em mente que a educação abrange todos os momentos da vida, considerando a relação de trocas com indivíduos a partir da comunicação, de ensinar e aprender constantemente.

Existem diferentes modos de ensinar, aprender, adquirir saberes e habilidades. “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (Brandão, 2017, p. 2).

Devemos considerar que cada sujeito lê o mundo com base no meio em que vive, que, através do pensar e do dialogar, pode desenvolver o espírito de investigação. É fundamental que a escola suscite o interesse e as necessidades no aluno, não como um ambiente neutro, mas um meio que envolve política ao desenvolver esse olhar para o mundo.

Promover a alfabetização requer práticas humanizadoras, o que tem se mostrado um desafio. O que acontece nos processos de alfabetização é um ensino desconexo de letras, palavras, fonemas e de decodificação de signos, que pouco fazem sentido para o educando. Além disso, desconsidera-se a linguagem escrita como um instrumento complexo que envolve relações de poder, deixando de ensinar a ler e a usar diferentes gêneros discursivos.

Conforme Soares (2004), o letramento é o uso das tecnologias da alfabetização; cada uma delas possui várias dimensões que precisam ser ensinadas e aprendidas pelos educandos, para irem além do ler e escrever ao aplicarem na vida social suas habilidades textuais. São processos interdependentes e indissociáveis; caminham juntos, só que com naturezas diversas, com especificidades em termos de procedimentos de ensino e metodologias.

A escola tem o papel de garantir acesso a um conhecimento mais elaborado, sistematizado e em contato com o conhecimento científico; tem que proporcionar encontros, descobertas e humanização, criando uma responsabilidade para que se lide com as diferenças, se respeite o outro para trabalhar em grupos e refletir sobre os acontecimentos do dia. “[...] os processos de ensinar e de aprender a leitura e a escrita na fase inicial de escolarização de crianças se apresentam como um momento de passagem para um mundo novo” (Mortatti, 2019, p.29). E isso envolve a alfabetização no quesito ler e escrever como instrumento para se comunicar. Neste sentido, conforme Soares (2010):

É um equívoco acreditar que é a escola a única responsável por propiciar à criança os dois “passaportes” de entrada no mundo da escrita. Muito antes de chegar à instituição educativa – de ensino fundamental e mesmo de educação infantil – a criança já convive tanto com a tecnologia da escrita quanto com seu uso, porque, em seu contexto, a escrita está sempre presente: ora muito presente, como nas camadas economicamente privilegiadas e nas regiões urbanas, ora menos presente, como nas camadas populares e nas regiões rurais, mas sempre presente; ora em gêneros e suportes mais próximos, ora menos próximos daqueles que a escola valoriza, mas sempre presente. Assim, desde muito cedo, a criança convive com práticas de letramento – vê pessoas lendo ou escrevendo, e assim vai se familiarizando com as práticas de leitura e de escrita; e também desde muito cedo, inicia seu processo de alfabetização – observa textos escritos à sua volta, e vai descobrindo o sistema de escrita, reconhecendo algumas letras, algumas palavras (Soares, 2010, p. 23).



Simultaneamente, é necessário destacar que nos tornamos educadores a partir do momento em que praticamos e refletimos nossas práticas. Então, colocamos a educação como uma produção do ser humano; o professor é um intelectual, por ser um produtor de currículo que deve ter como base um trabalho educativo sólido, crítico, teórico e científico, num processo consciente e ativo para a emancipação.

A escola é um lugar de enfrentamentos, por estar dentro de um contexto que deve construir conhecimentos especializados, priorizando a sistematização com saberes elaborados. O aluno traz conhecimentos pelo senso comum, desse modo, é tarefa do professor mediar o processo de ensino e aprendizagem, aprofundando-os. Diante disso, ele deve compreender o que o aluno sabe para adentrar outras áreas, fazendo com que a prática expresse a teoria.

## 2.1 A BNCC e seus Impactos

Quando nos deparamos com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é notável a desvalorização dos professores ao não reconhecerem as políticas docentes. Utilizam discursos de igualdade e qualidade, mas, na verdade, enfatizam a quantidade a partir das competências e habilidades. Não podemos aceitar a proposta da BNCC sem uma crítica sobre seus fundamentos filosóficos, pedagógicos e epistemológicos.

Compromete-se a autonomia do professor, colocando-o em posição de aplicador de conteúdo. A liberdade de agir deve ser considerada inquestionável e deve ser seguida. É um padrão curricular imposto nas escolas, reduzindo-se a modelos prontos, separando o pensar do realizar, deixando tudo fragmentado, mensurado, aligeirado, espontâneo, inconsciente, vazio etc. “[...] a BNCC é a referência nacional obrigatória para adequação dos currículos da educação básica com função técnica/instrumental homogeneizante, subsumindo as especificidades locais e regionais” (Filipe; Silva; Costa, 2021, p. 790). Ou seja, reduz a educação a um processo de aquisição de competências e habilidades essenciais, dando a impressão de ser pensada para desenvolver plenamente suas potencialidades, oferecendo o mínimo de conhecimento.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)<sup>1</sup>, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)<sup>2</sup> (Brasil, 2018, p.7).

Precisamos ter um olhar atento sobre essas políticas que implicam o fazer pedagógico, visto que isso perpassa não só pela formação do professor, como processo de escolarização dos alunos. Isso faz com que o processo de ensino e aprendizagem seja voltado para o mercado de trabalho, para a necessidade prática somente, sem criticidade, posicionamentos sociais, reflexão e articulação de conhecimentos dentro e fora da escola.

Segundo Filipe, Silva e Costa (2021), trata-se de um sistema educacional centrado na uniformização e no controle, usurpando a essência de uma educação para todos e de qualidade, pensando no desenvolvimento econômico. Anula-se a sensibilidade, humanização e consciência, indispensáveis para que a educação privilegie a transformação da realidade.



Isso tudo está vinculado a um compromisso social e profissional para garantir uma educação com qualidade. Uma construção que deve se materializar em ações, envolvendo conceituação teórica dos fenômenos educativos com intencionalidade, com unidade entre teoria e prática para ensinar, aprender e transformar.

Por isso, a importância da pesquisa, para acompanhar novos conhecimentos e, a partir deles, avançar para uma melhoria no campo da educação. Conforme Filipe, Silva e Costa (2021), a BNCC afirma preparar os alunos para uma sociedade justa, democrática e inclusiva, mas, na verdade, perpetua a desigualdade social, formando pessoas individualistas e competitivas nesse mundo capitalista.

Assim, vê-se o quanto a BNCC é pragmática; considera o professor como um fazedor, tarefeiro, só com o saber técnico; desvincula a prática da teoria. Isso deixa de ser humanizador a partir do momento em que não vê o sujeito em sua integralidade, e faz com que o trabalho educativo seja controlado, e não produzido.

### 3 Desafios da Prática Pedagógica Humanizadora

Adotar uma prática pedagógica tradicional significa entender a educação da criança como uma forma de vigilância constante. O que se destaca nessa prática é o autoritarismo e a transmissão de um modelo ideal, no qual o comportamento esperado é a obediência. Diferentemente da prática pedagógica humanizadora, a tradicional não vê a infância como um período de maturação, de preparação para as fases da vida que sucedem.

Segundo Charlot (2013), essa pedagogia mascara o significado social da educação, na maneira de disciplinar e colocar regras a todo custo, esquecendo da livre expressão, mantendo o *status quo* de uma sociedade desigual e desconsiderando que todas as crianças devem ter a mesma chance. Posto isso, o conhecimento transmitido não é atual, fica na “mesmice”, desconsiderando que, além do passado, existe o presente, que deve ser discutido e colocado em pauta em sala de aula absorvendo avanços tecnológicos.

A escola tradicional é um meio fechado que busca proteger a criança ao mesmo tempo contra a sociedade corrompida e contra a corruptibilidade interna da natureza humana. Ela não se baseia nos interesses das crianças, mas, ao contrário, combate seus impulsos naturais. Desvia-se, pois, voluntariamente, da realidade social e da experiência de uma realidade propriamente escolar. Elabora um sistema de motivações artificiais e de exercícios formais e atribui uma grande importância ao aprendizado das regras (Charlot, 2013, p. 225).

Certamente, a prática pedagógica tradicional deprecia a vida, é artificial, passa a ideia de escola-prisão, um lugar de transmissão que não se propõe a formar integralmente a personalidade da criança. Dá-se destaque à progressão dos alunos através dos esforços pessoais, o professor detém toda a verdade, os alunos enfileirados. Não se partilha ideias, sugestões, dúvidas, contradições etc., ao contrário, valoriza-se o confronto entre crianças, visando a classificar os alunos. “A disciplina não é, pois, simplesmente organização do trabalho e obediência ao professor; ela é também controle corporal, isto é, silêncio e domínio dos movimentos” (Charlot, 2013, p. 237). Nesse sentido, rejeitam a afetividade e a imaginação e não respeitam outras formas de cultura.

Na pedagogia humanizadora, não é somente a apreensão do conteúdo escolar ou um objeto de conhecimento que é transmitido, é preciso pensar a linguagem escrita como uma atividade significativa que se modifica com o passar dos anos, tornando-se simbólico.



O papel da escola é instaurar uma mediação entre a criança e o mundo adulto. Essa mediação é, em primeiro lugar, de ordem técnica. O simples contato da criança com o mundo adulto não lhe permite adquirir as técnicas de base (leitura, escrita, cálculo, mas também técnicas musicais, estéticas, corporais) e os conhecimentos fundamentais que lhe serão necessários em qualquer vida social, mesmo libertada da dominação de classe. É essa tarefa que estava atribuída à escola, quando a concebíamos apenas como um local de instrução e não como um meio que visava à educação integral da criança (Charlot, 2013, p. 291-292).

Ademais, a pedagogia tradicional designa o saber como forma de instruir e informar, valorizando somente a atividade intelectual como conteúdo, dando ênfase à acumulação, como se os alunos devessem tornar-se enciclopédias. Como aponta Charlot (2013), essa concepção acaba por misturar os vários tipos de saber, não permite a sua distinção, falta clareza e intenção no processo educativo.

Em vista disso, ressaltam-se as desigualdades sociais, na medida em que privilegia um grupo cultural, ou seja, faz uma seleção, e um ensino acelerado, avaliando, através da idade, uma relação das capacidades naturais como a rapidez do seu desenvolvimento. O atraso é visto como sinal de debilidade, utilizado como meio de hierarquização cultural. “A escola tradicional é fundamentalmente hierárquica; as ideias de crescimento e elevação cultural estão, nela, ligadas à de competição. Crescer é elevar-se acima dos outros” (Charlot, 2013, p. 263).

Como se não bastasse, enaltece não só a concorrência, mas a disciplina e obediência, apresentando-se como neutra e usando de modelos como meio de preparação para a vida social a serviço da classe dominante. Para Libâneo (2006), o ensino é centrado no professor, por meio de apresentações e exposições orais, com exercícios repetitivos e reproduções da aula, mediante as provas e memorização de livros didáticos, faltando compreensão sólida e interligada com os conhecimentos trazidos e vividos pelos alunos.

Assim, almejam um aluno ideal, dissociado da realidade social, e o professor como o único elemento ativo nesse processo. O aluno recebe o conhecimento mecanicamente, sem quaisquer interpretações, com atividades limitadas e sem poder participar e elaborar. Logo, ficam impossibilitados de desenvolverem suas potencialidades cognitivas.

O ensino somente transmissivo não cuida de verificar se os alunos estão preparados para enfrentar matéria nova e, muitas vezes, de detectar dificuldades individuais na compreensão da matéria. Com isso, os alunos vão acumulando dificuldades e, assim, caminhando para o fracasso. O verdadeiro ensino, ao contrário, busca a compreensão e assimilação sólida das matérias; para isso, é necessário ligar o conhecimento novo com o que já se sabe, bem como prover os pré-requisitos, se for o caso. A avaliação deve ser permanente, de modo que as dificuldades vão sendo diagnosticadas aula a aula (Libâneo, 2006, p. 79).

Essa pedagogia ainda reina, e, mesmo com a democratização, é notório que perdura uma discriminação e uma educação insuficiente, com o objetivo de adaptar o estudante ao meio social e às regras, acreditando que o sucesso depende tão somente do esforço individual, ignorando as condições sociais de vida, o que acaba interferindo no rendimento escolar.

Libâneo (2006) reconhece a qualidade do ensino com uma organização pedagógica, assegurando o acesso como também a permanência, um compromisso social e político da escola no planejamento, nos objetivos, na seleção dos conteúdos, nos métodos e na avaliação. Com efeito, o processo de ensino está articulado com esses componentes e precisa ser pensado de modo responsável para a assimilação ativa e satisfatória, detectando dificuldades e encontrando soluções para avançarem.



Podemos sintetizar dizendo que a relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende. Ao contrário, é uma relação recíproca na qual se destacam o papel dirigente do professor e a atividade dos alunos. O ensino visa a estimular, dirigir, incentivar, impulsionar o processo de aprendizagem dos alunos. Conforme já estudamos anteriormente, o ensino tem um caráter eminentemente pedagógico, ou seja, o de dar um rumo definido para o processo educacional que se realiza na escola. O ensino tem a tarefa principal de assegurar a difusão e o domínio dos conhecimentos sistematizados legados pela humanidade. Daí que uma de suas tarefas básicas seja a seleção e organização do conteúdo de ensino e métodos apropriados, a serem trabalhados num processo organizado na sala de aula. A aprendizagem é a assimilação ativa de conhecimentos e de operações mentais, para compreendê-los e aplicá-los consciente e autonomamente. A aprendizagem é uma forma do conhecimento humano – relação cognitiva entre aluno e matéria de estudo – desenvolvendo sob as condições específicas do processo de ensino. O ensino não existe por si mesmo, mas na relação com a aprendizagem (Libâneo, 2006, p. 90-91).

Podemos apresentar a alfabetização como criação, expressão escrita e oral, que vem do próprio educando. Mesmo que ele necessite de auxílio do educador, não deixará de ter suas capacidades criativas. Conforme Freire (1989) nos mostra, ao pegar um objeto do nosso cotidiano, por exemplo, num primeiro momento, vamos senti-lo; depois, vamos expressá-lo verbalmente, ou seja, dizer seu nome; isso o levará à sua escrita e, posteriormente, à leitura.

Tudo isso remete à ideia central do autor quando diz que a leitura do mundo precede a leitura da palavra e vice-versa. Por isso, a alfabetização deve acontecer a partir do universo vocabular dos educandos, visto que expressa a sua real linguagem, repleta de significações e vivências, assim conforme Freire (1989), nos ensina que:

Para mim seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizados. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito (Freire, 1989, p. 13).

Em contraste com a pedagogia tradicional, a pedagogia humanizadora quebra esse mito da neutralidade na educação. Logo, a política se faz presente, e existem relações de poder, que demandam coerência nas nossas falas e nas nossas ações. “[...] seja a clareza em torno de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, fazemos a educação a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, desenvolvemos a atividade política” (Freire, 1989, p. 15).

A partir de Freire (1989), podemos entender o quão importante é que valorizemos a questão do uso da palavra, seja oral, seja escrita, para manifestarmos nosso poder de ação como cidadãos, visando sempre à democracia na sociedade que somos convidados a construir:

Na verdade, para que a afirmação “quem sabe, ensina a quem não sabe” se recupere de seu caráter autoritário, é preciso que quem sabe saiba sobretudo que ninguém ache tudo e que ninguém tudo ignora. O educador, como quem sabe, precisa reconhecer, primeiro, nos educandos em processo de saber mais, os sujeitos, com ele, deste processo e não pacientes acomodados; segundo, reconhecer que o conhecimento não é um dado aí, algo imobilizado, concluído, terminado, a ser transferido por quem o adquiriu a quem ainda não o possui (Freire, 1989, p. 17-18).



A alfabetização não é palavra dada, ou leitura de textos descontextualizados; precisa de temas geradores. Ela envolve toda uma complexidade que traz resultados satisfatórios, quando se pensa o educando em sua totalidade, associando a vida escolar com a vida cotidiana. Isso provoca curiosidade e interesse e, ao mesmo tempo, criticidade e observação, visando sempre à emancipação humana, com o objetivo central de promover o espírito crítico. “[...] o ato de estudar, enquanto ato curioso do sujeito diante do mundo, é expressão da forma de estar sendo dos seres humanos, como seres sociais, históricos, seres fazedores, transformadores, que não apenas sabem, mas sabem que sabem” (Freire, 1989, p. 84). Por trás disso, portanto, deve existir um educador empenhado e motivado, que leve em consideração os conhecimentos trazidos pelos educandos, ponto de partida para a elaboração desse conhecimento.

Por sua vez, o (a) professor(a) só ensina em termos verdadeiros na medida em que conhece o conteúdo que ensina, quer dizer, na medida em que se apropria dele, em que o apreende. Neste caso, ao ensinar, o professor ou a professora re-conhece o objeto já conhecido. Em outras palavras, refaz a sua cognoscitividade na cognoscitividade dos educandos. Ensinar é, assim, a forma que toma o ato de conhecimento que o(a) professor(a) necessariamente faz na busca de saber o que ensina para provocar nos alunos seu ato de conhecimento também. Por isso, ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico. A curiosidade do(a) professor(a) e dos alunos, em ação, se encontra na base do ensinar-aprender (Freire, 1992, p. 42).

Junto a isso, é necessário entender o universo vocabular mínimo, para realizar a alfabetização. Não se deve limitar à realidade local, perder a visão da totalidade, ou seja, nesse processo, devem ir além dessas perspectivas para apreenderem situações nacionais e regionais. “Creio que o fundamental é deixar claro ou ir deixando claro aos educandos esta coisa óbvia: o regional emerge do local tal qual o nacional surge do regional e o continental do nacional como o mundial emerge do continental” (Freire, 1992, p. 45).

Por conseguinte, ao usarmos a nossa imaginação e curiosidade para saber mais, nos humanizamos, fazemos e nos refazemos, buscando sempre aprender, utilizando a nossa capacidade de questionar para se libertar. Para Freire (1992), só poderemos nos libertar, quando compreendermos que somos sujeitos incompletos, limitados, condicionados e históricos e, a partir disso, reconhecer que é preciso transformar por meio da conscientização.

Com efeito, a prática educativa, de modo algum, pode estar centralizada no educando, no educador, no conteúdo ou nos métodos, já que o processo de ensino e aprendizagem precisa de teoria e prática, liberdade. Porém, não precisa de autoritarismo, mas de autoridade, que exige coerência, criticidade e reflexão nesse exercício.

Freire (1992) traz a educação como esse ato de conhecer, não só os conteúdos, mas todo um conjunto que engloba a escola, e que implica o seu funcionamento. Assim sendo, devemos pensar em uma relação dialógica, que permita que os educandos tragam suas dúvidas e seus pontos de vista sem serem reprimidos pelo educador. “O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização” (Freire, 1992, p. 51).

Como se não bastasse, esse diálogo que mencionamos não é apenas uma conversa sem objetivos, mas, sim, uma exposição do educador sobre o que vai ser trabalhado. A partir disso, os educandos ganham participação ativa, ao analisar e aprofundar, alicerçado naquilo que o educador lhe apresenta.

De acordo com Freire (1992), o problema não está na aula expositiva, mas em como ela é utilizada; não pode ser vista como transmissão de conhecimento acumulado, mas diálogo. O educador precisa estar atento aos conhecimentos produzidos, que estão sempre se atualizando



e se modificando. Daí surge a pesquisa, uma busca constante para não cair no esquecimento. “Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma como tal, porque professor, como pesquisador” (Freire, 1996, p.16).

Enfim, é fundamental respeitar a autonomia, a dignidade e a identidade do educando, compreender a ideia de democracia e liberdade, além do mais, estar atento às especificidades de cada educando, ficar a par da comunidade e da família, considerando as condições sociais que eles trazem e que chegam à escola. Esse saber deve ser considerado e reconhecido, portanto, o educador precisa sempre refazer sua prática, sempre atento a observar a turma em que se encontra.

Existe uma grande responsabilidade: a formação humana, que precisa ser levada a sério e exige muita ética e competência, também precisa do afeto e da ideia de criar e construir juntos, num espaço que permita a reflexão. Não há educador sem educando, não há prática sem teoria, não há autoridade sem liberdade, não há ensino sem aprendizagem. Isso tudo deve ser colocado em pauta.

### Considerações Finais

Por fim, este artigo procura mostrar a importância da alfabetização como prática humanizadora no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, educar é humanizar-se, ou seja, não nascemos prontos e acabados, estamos em um processo constante de aprender e de concretizar a nossa identidade, ao se relacionar com o mundo de acordo com as vivências e experiências e com a interação e o contato com o outro.

Nisso estão envolvidas questões de ordem política, cultural e educacional para uma formação humana que pretenda olhar para a totalidade. Isso só será possível, se se descartarem as práticas tradicionais que impedem as crianças de desenvolverem suas potencialidades. É preciso esse olhar atento para o diálogo e o compromisso de uma educação democrática, de qualidade e laica, principalmente, humana e sensível, com a finalidade de compreender a realidade em que se está inserido para transformar.

Portanto, a escola é um espaço de várias possibilidades de aprender, desde que se abandone a reprodução do que foi transmitido. O educador precisa estar capacitado para administrar suas aulas; para isso, é necessário respeitar os educandos, instigar a sua curiosidade e sua capacidade crítica.

Conforme frisado, a ideia de consciência e autonomia não se aplica à passividade, mas ao processo ativo nos diferentes desafios que aparecem no decorrer da aprendizagem. A ideia-chave é a de que o educador precisa saber escutar, resistir aos métodos que negam a cultura do outro e que reduz ao treino e domesticação. Por isso, exigem-se educadores coerentes e competentes, a par das lutas sociais, que entendam que não são os detentores do conhecimento e muito menos da verdade. Ter clareza e intencionalidade, ao fazer com que os educandos superem suas dificuldades e compreendam os materiais ofertados, trazendo *feedbacks*.

Em consonância com o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, ou seja, da alfabetização, reforçamos que a modalidade escrita deve ser trabalhada a partir do que o educando traz para, posteriormente, adentrar o que ainda não sabe, utilizando-se de planejamentos, procedimentos, instrumentos, recursos e estratégias. Nesse processo, precisamos acolher a leitura de mundo dos educandos como ponto de partida e ir além, pois, assim, nos mostra a individualidade de cada um.

Através disso, os educandos vão assumindo seu papel como sujeitos produtores de inteligência, e a prática educativa evidencia que ninguém sabe tudo, que é preciso aprender



sobre o desconhecido, incluindo o próprio educador, é um movimento permanente de vários aprendizados que surgem ao decorrer da história. É necessário que o educador esteja a par da realidade dos educandos, compartilhe o seu saber teórico-prático e compreenda que as condições materiais implicam a capacidade de aprender e conceber o próprio mundo.

A educação está em todas as formas e lugares, visto que abrange todos os momentos da vida. Pode ser formal ou informal, ou seja, na escola como também na experiência diária, logo é necessário cuidado para não acarretar o fracasso escolar, causar competição e classificação, naturalizar uma ação desigual, em que somente alguns têm acesso a bens culturais. Cuidar para não valorizar certos conhecimentos em detrimento de outros, reproduzindo os interesses dos grupos hegemônicos, sem se preocupar com o que os educandos sabem ou não e causando grandes impactos na educação.

Quando paramos para pensar quem são eles e como aprendem, saberemos que o fracasso se reflete dentro e fora da escola. Quando se pensa em um ensino heterogêneo e com base no princípio da equidade, através de um ensino e aprendizagem mais formativos, com trocas, práticas diversificadas, oportunidades adequadas, permite-se subir degraus e se apropriar de outros saberes.

Enfim, educar é politizar, é interpretar o mundo em que se vive. É importante entender que a consciência e a compreensão da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizandos, com materiais desafiadores que levem para amplas direções, deixando os velhos paradigmas para produzirem cultura.

## Referências

ARENA, Dagoberto Buim. Alfabetização humanizadora vez e voz às crianças. **NAHum Núcleo de Alfabetização Humanizadora**, Boletim n.2, p.2, nov./dez. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2017. Livro digital.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. São Paulo: Cortez, 2013.

FILIPE, Fabiana Alvarenga; SILVA, Dayane dos Santos; COSTA, Áurea de Carvalho. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, v.29, n.112, p. 5, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2006.

MILLER, Stela. Alfabetização humanizadora vez e voz às crianças. **NAHum Núcleo Alfabetização Humanizadora**, Boletim n.1, p.5, nov./dez. 2020.

MORTATTI, Maria do Rosario. História dos métodos de alfabetização no Brasil. *In*: MORTATTI, Maria do Rosario. **Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019. p.10.

SOARES, Magda. A entrada da criança no mundo da escrita: o papel da escola. *In*: GUSSO, Ângela Mari *et al.* **Ensino fundamental de nove anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais.** Curitiba, Secretaria de Estado da Educação, 2010.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n.25, p.5-17, 2004.

